



Copom acelera alta da taxa Selic

Na semana em que o mercado financeiro aumentou, mais uma vez, as expectativas para a inflação no País, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, promoveu a quarta alta consecutiva da Selic, que passou de 4,25% para 5,25% a.a. Com essa elevação a referida taxa alcançou o seu maior patamar desde setembro de 2019, quando era 5,50% a.a. Vale lembrar que a Selic iniciou 2021 em 2%.



Fonte: Banco Central do Brasil.

De uma forma geral, a maioria dos analistas financeiros já esperava que o Copom acelerasse o seu processo de alta da Selic, depois de ter promovido três elevações seguidas de 0,75 ponto percentual. A pesquisa Focus, realizada semanalmente pelo Banco Central, com analistas do mercado financeiro, vêm, há 17 semanas consecutivas, elevando as suas projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de inflação no País, que é calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O último relatório divulgado (30/07/21) estimou que o IPCA encerrará 2021 em 6,79%, ou seja, muito superior ao teto da meta (5,25%). O centro da meta para este ano é de 3,75% podendo variar 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Assim, para que a meta seja cumprida, o IPCA deveria finalizar o ano, no máximo, em 5,25%, o que não acontecerá.

A inflação em 2021 tem se mostrado resiliente. Nos últimos 12 meses encerrados em junho, o IPCA já registrou uma alta de 8,35%. Vários fatores ajudam a justificar esse resultado como o aumento no preço dos combustíveis, a alta nas tarifas de energia elétrica e a elevação





nos preços dos alimentos. Para os próximos meses a preocupação com o aumento nos preços no País permanece em função da crise hídrica e dos efeitos de alterações climáticas. Em relação a crise hídrica, e o aumento nos preços das tarifas de energia elétrica, é preciso considerar a l pressão que ela exerce nos segmentos intensivos em energia e no impacto que gera na renda das famílias. Neste contexto, cabe ressaltar que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15)¹, que é considerado uma prévia da inflação, aumentou 0,72% em julho, puxado especialmente pelo aumento de 4,79% da energia elétrica. Foi a maior elevação do IPCA-15 para um mês de julho desde 2004. O resultado oficial da inflação deste mês será divulgado pelo IBGE no próximo dia 10 de agosto.



É necessário destacar a preocupação com a contaminação da inflação atual para o próximo ano. As expectativas da pesquisa Focus já vêm indicando aceleração na alta do IPCA para 2022, cujo centro da meta é de 3,50%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Assim, a inflação poderá variar de 2,0% a 5% para que a meta seja alcançada. O primeiro relatório Focus de 2021 (08/01/2021) projetava expansão do IPCA, para 2022, de 3,5%. Mas o

levantamento realizado no dia 30/07/21 estimou alta de 3,81%.

¹

¹ Conforme o IBGE, o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) difere do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apenas no período de coleta dos dados. O IPCA-15 abrange, em geral, o período do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência e na área de abrangência.





A pesquisa semanal realizada pelo Banco Central estima que a Selic encerrará 2021 em 7% a.a, patamar que deverá ser mantido durante todo o ano 2022, voltando a sofrer queda somente em 2023 (6,5%), permanecendo assim até 2024. Alguns analistas de mercado projetam uma nova alta de um ponto percentual para a Selic já na próxima reunião do Copom, que deverá acontecer nos dias 21 e 22 de setembro, e estimam a Selic em 7,5% ainda este ano.

Apesar da preocupação com a inflação, é preciso considerar que as elevações na Selic podem provocar efeitos contracionistas no processo de retomada, ou seja, elas são capazes de levar a uma perda de fôlego da economia nacional. Há 17 semanas consecutivas a pesquisa Focus vêm aumentando as expectativas para o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021. O levantamento do dia 30/7/21 projeta alta de 5,3% neste ano. Caso confirmado será o maior crescimento do País desde 2010. Mas é preciso ressaltar que este desempenho, apesar de muito positivo, está em boa parte relacionado a base de comparação deprimida. Em 2020, em função dos efeitos da pandemia, a economia apresentou retração de 4,1%. Mesmo considerando a alta de 5,3% em 2021, o PIB nacional acumulado no período de 2015 a 2021 ainda registrará retração de 1,5%.



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - 1º Trimestre de 2021, IBGE.

* Valores em 2021 e 2022 referem-se às expectativas do Boletim Focus (dia 30/07/2021)

Também é preciso destacar que no início de 2021 a pesquisa Focus projetava expansão de 2,5% para o PIB do Brasil em 2022. A última estimativa realizada demonstrou recuo neste número. Espera-se, agora, que a economia brasileira cresça 2,1% no próximo ano.





Evolução das expectativas para o PIB Brasil em 2022



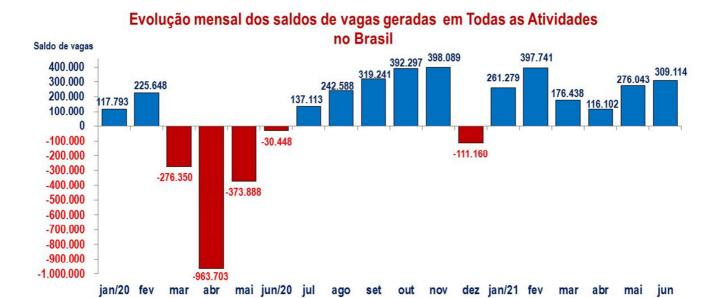
Fonte: Banco Central do Brasil. Boletim Focus.

É importante destacar que nos primeiros seis meses de 2021 o País gerou 1,5 milhão de novos postos de trabalho com carteira assinada, conforme os dados do Novo Caged, divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia. Neste período, todos os grandes segmentos de atividade apresentaram resultados positivos no saldo de vagas geradas (diferença entre admitidos e demitidos). Apesar disso, o desemprego ainda é muito elevado.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, no trimestre móvel de março a maio a taxa de desocupação no País foi de 14,6%, o que correspondeu a maior para o período desde o início da série, em 2012. Em relação ao trimestre anterior (dez a fev) o resultado ficou praticamente estável, mas em relação aos mesmos meses do ano passado observou-se alta de 1,7 ponto percentual.







Fonte: Novo Caged, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/Ministério da Economia. (*) Dados com ajustes.

O número de desempregados no País atingiu 14,8 milhões de pessoas no trimestre encerrado em maio/21. Na comparação com igual trimestre móvel do ano anterior observou-se um acréscimo de 2,1 milhões de pessoas. É importante avaliar que de março a maio do ano passado o País vivenciou os meses iniciais da pandemia provocada pelo novo Coronavírus. Com as medidas de isolamento, muitas pessoas desistiram da busca por uma colocação no mercado de trabalho. Agora, com o retorno das atividades, e medidas menos restritivas, observa-se uma busca maior por uma colocação. Assim, os números da PNAD demonstram como o mercado de trabalho do País ainda está muito fragilizado.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Mensal, IBGE.





Apesar de várias questões que promovem o otimismo, como as projeções mais satisfatórias para o PIB em 2021, os indicadores de confiança de empresários e consumidores que seguem avançando, a expansão das duas maiores economias do mundo (FMI projeta crescimento de 7,0% para os EUA e 8,1% para a China), a renovação do pagamento do auxílio emergencial e a geração de emprego formal, ainda existem sérias preocupações: o número de casos de Covid no mundo em função do avanço da variante Delta, que pode prejudicar o ritmo de recuperação da economia global, o desemprego elevado no País, a preocupação com a reforma tributária e os seus efeitos (que pode provocar elevação de carga tributária), a crise hídrica, o atraso na agenda de reformas, os efeitos contracionistas da elevação da taxa de juros e as incertezas fiscais são algumas delas.

Portanto, mesmo considerando uma expectativa melhor para o segundo semestre, ainda existem incertezas em relação à recuperação econômica que está em curso e em relação a sua velocidade daqui para frente. Neste contexto, é preciso considerar que, para conter o avanço dos juros e da inflação e estimular as atividades econômicas, o Brasil necessita das reformas estruturais consistentes que contribuam para o desenvolvimento dos segmentos produtivos. Elas podem proporcionar a confiança que os investimentos precisam para serem consolidados e podem, ainda, tornar o ambiente de negócios mais saudável. O Brasil precisa avançar neste aspecto.